

CLIPPING

11/12 de Janeiro de 2020

O Liberal – Cidades, 06 - Atualidades.

DESAFIOS

Cidade chega aos 404 anos sem **saneamento** para todos

ALINNE MORAIS

Especial para O LIBERAL

No Brasil, saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal e definido pela Lei 11.445/2007. Ele se estrutura em quatro pilares: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos; e drenagem pluvial urbana. Nesse cenário, Belém ainda desponta como uma das regiões mais carentes do País.

De acordo com o Ranking da Universalização do Saneamento 2019, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), se considerar apenas as capitais brasileiras, Belém é a quarta mais distante da universalização do serviço para todos os habitantes. O estudo foi divulgado em junho do ano passado e elaborado com dados de 2017.

José Almir Pereira é professor titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) na área de saneamento e coordenador do grupo de pesquisa Hidráulica e Saneamento (GPHS). Ele observa que o tema precisa ser tratado como prioridade. “A cidade tem problemas que não são de uma gestão só. São problemas antigos que precisam ser enfrentados e resolvidos”.

O professor ressalta ainda que os problemas do saneamento, em seus quatro componentes, não são simples. Pelo contrário. Por isso, precisam ser bem estudados. Projetos para a área também precisam ser elaborados de forma detalhada para que assim se consiga a captação de recursos necessários para execução e financiamento das obras.

“É importante que se diga que tanto a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), que cuida de água e esgoto; quanto a Prefeitura, que cuida de resíduos sólidos e drenagem possuem técnicos bem capacitados”, explica ele. “Mas esses técnicos têm que ser ouvidos”.

ÁGUAS E CANAIS

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Belém é a capital brasileira com o maior índice pluviométrico. Com território formado por 39 ilhas e com 40% da superfície territorial abaixo do nível do mar, a cidade enfrenta grandes desafios com relação ao

controle das águas que, em decorrência das marés e de chuvas intensas, alagam áreas baixas da cidade.

Como agravante, ao longo dos anos parte da população passou a ocupar as margens dos canais. Nesses locais, existe ainda a presença de pontos irregulares de descarte de resíduos sólidos. Com as chuvas, os despejos são conduzidos para os canais e bloqueiam a passagem da água.

No caso dos canais, um primeiro passo, segundo José Almir, seria evitar o lançamento de esgoto e resíduos indevidos nesses espaços. Para isso, participação e conscientização popular são um alicerce importante. Outro fato é a questão do volume das chuvas, que aumenta consideravelmente nos primeiros meses do ano. Nesse aspecto, são necessárias intervenções técnicas para evitar transbordamentos. “Esse é um problema que tem a parte técnica, social e ambiental”, diz ele.

“E por trás disso temos ainda a questão econômica, que tem que ser considerada, porque as obras de saneamento não são baratas, são obras caras”, explica. “Por isso, precisamos priorizar o saneamento, pois se ele não for priorizado nunca se terá dinheiro para investir nas obras que vão de fato resolver o problema”.

SOCIEDADE

A sociedade também tem importante papel. Atitudes simples, como evitar o despejo de lixo nas ruas e em locais indevidos e a prática da reciclagem, já são ações benéficas. A participação junto aos representantes do poder público, para mostrar e cobrar demandas e necessidades, também auxiliam. “A sociedade tem que estar consciente do que ela pode contribuir e do que ela não pode fazer”, explica o professor. “A conscientização é importante e para isso, a educação ambiental é fundamental”, pontua.

Lixo é o eterno vilão da capital paraense

Segundo a associação Amigos de Belém, a capital produz 1.800 toneladas de resíduos por dia. Cerca de 500 mil quilos de lixo são despejados mensalmente nas ruas e canais da cidade. Tudo isso gera um gasto de dinheiro público milionário, além de prejudicar a qualidade de vida da população, já que agrava alagamentos, atrai insetos e roedores, o que é ainda, prejudicial à saúde.

Neyson Martins Mendonça, professor associado do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), ressalta que a questão do lixo tem que ser tratada com seriedade. "A gente tem que ser muito claro. As pessoas têm que ter regras", explica. Ele comenta a necessidade de dispositivos, estabelecidos na lei municipal, que possam orientar e punir. E não precisa ser com multas em dinheiro, mas em prestação de serviços.

Outra medida apontada por ele seria a distribuição de agentes municipais para mapear e controlar a disposição dos resíduos nos bairros. Ele elenca ainda a possibilidade de fazer redes de centros comunitários e, a partir delas, um conselho responsável pela saúde de cada bairro, com diversos agentes sociais envolvidos.

"A gente poderia fazer

ainda a gincana do aproveitamento do lixo", sugere. "As pessoas separavam toda a parte de plástico, toda a parte seca, e nós teríamos caminhões que fossem coletando esses materiais. Iam ser toneladas", diz ele. Mutirões recorrentes, ao menos duas vezes ao mês, para recolher materiais recicláveis, como plástico, também é alternativa apontada por ele.

Plataformas educacionais implantadas desde as séries iniciais; mecanismos que possibilitem o armazenamento e despejo dos resíduos de forma correta; programas que fomentem o recolhimento de material reciclável; uso de tecnologias. Essas são algumas outras alternativas sugeridas por Mendonça.

RECICLAGEM

O Pará é o estado do Brasil que menos aproveita o lixo para a reciclagem. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o estado recicla apenas 0,48% do lixo.

Ainda conforme levantamento, Belém também está entre as capitais brasileiras que menos reciclam o lixo. Somente 0,45% dos resíduos produzidos na capital são destinados à

reciclagem. Esse índice é abaixo da média nacional, que é de 3%.

"Se você falar de reciclagem em uma roda todas as pessoas concordam que é importante. Mas poucas fazem. Então, a conscientização, que é importante, já se tem. Mas a ação ainda não", explica José Almir Rodrigues Pereira, professor titular da UFPA da área de saneamento e coordenador do grupo de pesquisa Hidráulica e Saneamento (GPHS). "Então temos que trabalhar em campanhas educacionais para que a população venha de fato reciclar os resíduos".

SAÚDE

Já as atividades que envolvem o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde são regularizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ela determina as regras nacionais que regulam o acondicionamento do lixo hospitalar dá origem ao destino final - aterramento, radiação e incineração.

As regras de descarte devem ser seguidas por hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios, instituições que exercem ações de ensino e pesquisa e outros estabelecimentos de saúde.